Tribunais portugueses tramitaram mais processos em 2025 e Justiça Penal decide casos numa média de 7 meses

- Sistema tramitou mais 34 531 processos em 2025 do que em 2024; justiça penal decide em média em 7 meses — Governo responde com reforma processual, mais meios e digitalização
- Duração média dos processos cíveis no valor mais baixo em 23 anos: 21 meses, uma redução de 38% desde 2020
- Tramitação eletrónica alargada a todos os tribunais e fases processuais: 270 202 peças processuais e 588 689 notificações eletrónicas efetuadas desde dezembro de 2024
- 215 vagas de ingresso no CEJ em 2026, mais 60% face a 2024; 570 novos Oficiais de Justiça recrutados; novos recrutamentos programados para 2026

Pendência cresce 4,1% em 2025, mas o Ministério da Justiça responde com digitalização, mais magistrados e reforma processual

O Destaque Estatístico Anual n.º 106 da Direção-Geral da Política de Justiça, divulgado em abril de 2026, revela que, em 2025, entraram nos tribunais judiciais de 1.ª instância 503 977 processos (mais 2,1% face a 2024) e findaram 480 039 (menos 1,7%), resultando num saldo desfavorável de 23 937 processos e num aumento de 4,1% da pendência, que se fixou em 605 550 ([1]).

Ano	2025			2024		
Área processual	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes
⊞ Justiça cível	321 322	307 116	493 236	318 931	317 157	479 030
⊞ Justiça penal	86 925	81 210	53 002	76 181	75 254	47 287
⊞ Justiça laboral	44 084	41 477	32 277	45 166	43 146	29 670
⊞ Justiça laboral penal	2 122	1 905	1 063	1 884	1 783	846
⊞ Justiça tutelar	49 485	48 304	25 942	51 178	50 882	24 761
⊞ Justiça militar	39	27	31	44	48	19
Total	**503 977**	**480 039**	**605 551**	**493 384**	**488 270**	**581 613**

[1] https://estatisticas.justica.gov.pt/Report?id=fc74dea0-e642-4741-b939-56ce05b21bb8

MAFALDA TORGAL FERREIRA | JOÃO RICARDO SILVA
Assessores de Comunicação
mafalda.ferreira@mj.gov.pt | joao.ricardo.silva@mj.gov.pt
+351 962 991 743 | +351 961 311 188

Ministério da Justiça
Praça do Comércio
1149-019 Lisboa | PORTUGAL
justica.gov.pt | portugal.gov.pt

A justiça cível é o principal fator do saldo global negativo.

Os tribunais judiciais de 1.ª instância tramitaram em 2025 um total de 1 109 528 processos (considerando os processos que transitaram de 2024 e os que deram entrada em 2025), mais 34 531 do que em 2024.

De assinalar que nos últimos 5 anos, com exceção da subida marginal na justiça laboral, assistimos a uma redução da duração média dos processos, com expressão mais relevante na justiça cível com descida de 34 para 21 meses ([2]), uma redução de 38% em cinco anos. Para encontrar um valor mais baixo de duração média dos processos cíveis findos temos de recuar a 2002, ou seja, 23 anos.

Se a justiça penal foi a principal fonte de crescimento das entradas, ao que não será alheio o reforço da investigação criminal, é de assinalar igualmente uma evolução positiva: em 2025, um processo-crime julgado em 1.ª instância teve uma duração média de apenas 7 meses, evidenciando a capacidade do sistema para responder com celeridade aos processos que chegam a julgamento. Este resultado é tanto mais relevante quanto o número de processos penais entrados cresceu 14,1% face a 2024

Área processual	2025	2024	2023	2022	2021
⊞ Justiça cível	21	24	26	30	34
⊞ Justiça penal	7	8	8	7	8
⊞ Justiça laboral	10	9	9	9	9
⊞ Justiça laboral penal	5	6	5	5	6
⊞ Justiça tutelar	7	7	7	7	8
Total	**17**	**19**	**20**	**22**	**26**

Transformação digital: um sistema unificado e mais ágil

A Portaria n.º 266/2024/1, de 15 de outubro, entrou em vigor em dezembro de 2024 e alargou a tramitação eletrónica aos processos que correm nos serviços do Ministério Público. Desde essa data e até 23 de março de 2026, foram remetidas 270 202 peças processuais por via eletrónica e efetuadas 588 689 notificações eletrónicas. Desde abril de 2025, os mandatários podem consultar eletronicamente processos do Ministério Público, tendo sido deferidos 34 305 dos 44 214 requerimentos recebidos.

[2] https://estatisticas.justica.gov.pt/Report?id=2e820c64-b27d-4656-9e0d-c26a9f3ad958

MAFALDA TORGAL FERREIRA | JOÃO RICARDO SILVA
Assessores de Comunicação
mafalda.ferreira@mj.gov.pt | joao.ricardo.silva@mj.gov.pt
+351 962 991 743 | +351 961 311 188

Ministério da Justiça
Praça do Comércio
1149-019 Lisboa | PORTUGAL
justica.gov.pt | portugal.gov.pt

A Portaria n.º 350-A/2025/1, de 9 de outubro, em vigor desde 20 de outubro de 2025, unificou a tramitação eletrónica na jurisdição comum e na jurisdição administrativa e fiscal, pondo fim à dualidade de sistemas que vigorava até então e alargando-a a todas as instâncias e fases processuais. Esta reforma incluiu a migração de cerca de 780 000 processos para o eTribunal – 98% do universo abrangido – sem perda de dados nem interrupção da atividade jurisdicional. O Decreto-Lei n.º 91/2024, de 22 de novembro, generalizou as citações e notificações eletrónicas, com 19 286 citações e 124 907 notificações disponibilizadas até março de 2026 e taxas de consulta superiores a 89%.

Mais magistrados, mais Oficiais de Justiça

O Governo aumentou de 135 para 181 as vagas de ingresso no Centro de Estudos Judiciários em 2025 e autorizou 215 vagas em 2026 – um aumento de 60% face a 2024 –, distribuídas pelas três magistraturas. Foi aprovado o encurtamento em seis meses do estágio dos 40.º e 41.º cursos do Ministério Público, antecipando a entrada em funções de cerca de 55 magistrados em março de 2026 e de mais 52 em março de 2027. Em 2026 registou-se um número recorde de 1 146 candidatos nos concursos de ingresso, mais 7% face ao ano anterior.

No plano dos oficiais de justiça, o recrutamento de 570 novos elementos foi concluído entre 2024 e 2025, reforçando as secretarias judiciais. O Decreto-Lei n.º 27/2025, de 20 de março, criou a carreira especial de Oficial de Justiça e a nova estrutura remuneratória: o vencimento de ingresso passou de 1 274€ em 2024 para 1 626€ em 2026, um aumento de 28% em dois anos. A 15 de abril de 2026, o Governo concluiu o processo negocial com os dois sindicatos representativos dos Oficiais de Justiça, fechando acordo sobre o regime de recrutamento para ingresso na categoria de Técnico de Justiça e de acesso à categoria de Escrivão, bem como sobre os cargos de Secretário de Tribunal Superior e Secretário de Justiça. O acordo valoriza ainda a experiência acumulada – os técnicos sem licenciatura à data do DL n.º 27/2025 podem candidatar-se a postos de Escrivão –, e cria as condições para que sejam lançados novos concursos de recrutamento de Oficiais de Justiça para reforço da capacidade de resposta dos tribunais

Reforma processual e assessorias: menos burocracia, mais celeridade

O pacote de alterações ao Código de Processo Penal, aprovado em Conselho de Ministros em dezembro de 2025 e já aprovado na generalidade na Assembleia da República em fevereiro de 2026, cria um dever de gestão processual ativa por parte do juiz e do Ministério Público, com poder de recusar atos dilatórios e introdução de multa por utilização abusiva desses meios. Estende ainda o processo especial abreviado a crimes puníveis com pena superior a 5 anos, concretizando o objetivo dos "julgamentos rápidos" constante do Programa do Governo.

MAFALDA TORGAL FERREIRA | JOÃO RICARDO SILVA
Assessores de Comunicação
mafalda.ferreira@mj.gov.pt | joao.ricardo.silva@mj.gov.pt
+351 962 991 743 | +351 961 311 188

Ministério da Justiça
Praça do Comércio
1149-019 Lisboa | PORTUGAL
justica.gov.pt | portugal.gov.pt

Foi igualmente aprovado o regime de assessorias jurídicas e técnico-científicas aos magistrados, destinado a libertar juízes e magistrados do Ministério Público para o núcleo da função jurisdicional e a reduzir pendências.

Investimento tecnológico nos tribunais

O Ministério da Justiça prossegue a concretização do investimento em equipamentos: concretizou-se em 2026 a instalação de aparelhos de videoconferência em 1 399 salas (9,6 milhões de euros) e de 6 600 pontos de acesso Wi-Fi (2,6 milhões de euros); está em curso a renovação do parque informático com um investimento global de 20,8 milhões de euros para cerca de 19 000 novos equipamentos já contratualizados, acrescendo 8 milhões em infraestrutura de rede e 8,3 milhões em cibersegurança. Estes investimentos criam as condições materiais para que a digitalização processual produza os seus efeitos plenos.

Os dados de 2025 confirmam a necessidade de continuar a investir com determinação na capacidade de resposta da Justiça e fundamentam a aceleração das reformas em curso.

MAFALDA TORGAL FERREIRA | JOÃO RICARDO SILVA
Assessores de Comunicação
mafalda.ferreira@mj.gov.pt | joao.ricardo.silva@mj.gov.pt
+351 962 991 743 | +351 961 311 188

Ministério da Justiça
Praça do Comércio
1149-019 Lisboa | PORTUGAL
justica.gov.pt | portugal.gov.pt